

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, novembro de 2017, número 119. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Luta pela terra e resistência camponesa: os acampamentos do MST no Rio Grande do Sul.

ARTIGO DO MÊS

De la conflictualidad al conflicto entre campesinado paraguayo y brasiguayos en Guahory (Paraguay).

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

XXXI Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología - ALAS.

“Las encrucijadas abiertas de América Latina.

La sociología en tiempos de cambio”

Montevideo – Uruguay, 03 al 08 de diciembre de 2017.

II Congreso de Geografía e Atualidades – CGA

Unesp/Rio Claro – São Paulo, 23 e 24 de março de 2018.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.

Autora: Larissa Mies Bombardi.

A ideia é que as informações aqui contidas possam circular e possam ser um importante instrumento de conscientização e, também, de suporte para políticas públicas que envolvam a proteção da população exposta aos agrotóxicos. Para baixar: <https://www.larissabombardi.blog.br/atlas2017>.



MATOPIBA

Realização: Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Araguaia Tocantins.

O documentário tem como objetivo informar, a partir do olhar de quem vive no Cerrado, o que é esse projeto intitulado MATOPIBA (MAranhão, TOcantins, Plauí, BAhia). Quais as causas e efeitos desse projeto na vida de todxs?

Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=A0kBXi3t0Gk>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério, Lúcia I. da Silva, Rodrigo S. Camacho e Rodolfo de S. Lima (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA CAMPONESA: OS ACAMPAMENTOS DO MST NO RIO GRANDE DO SUL

Michele Lindner

Pesquisadora PNPd-CAPES no Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS
Núcleo de Estudos Agrários – NEAG/UFRGS
michele.lindner@ufrgs.br

Felipe Brustulin

Bolsista de Iniciação Científica BIC/UFRGS – DATALUTA RS
Acadêmico do Curso de Geografia - UFRGS
Núcleo de Estudos Agrários – NEAG/UFRGS
felipesbrustulin@gmail.com

Rosa Maria Vieira Medeiros

Professora do Departamento de Geografia / Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS
Coordenadora do DATALUTA - RS
Núcleo de Estudos Agrários – NEAG/UFRGS
rmvmedeiros@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul (RS) conta atualmente com 345 assentamentos rurais (INCRA, 2017) distribuídos ao longo de seu território. Essa configuração representa alguns dos resultados da luta de mais de três décadas dos movimentos sociais que atuam no Estado reivindicando uma reforma agrária popular que visa o assentamento de famílias rurais para a produção de alimentos da agricultura camponesa.

Com 12.418 famílias assentadas até o ano de 2017 (INCRA, 2017), o assentamento de famílias em propriedades rurais no Rio Grande do Sul ainda é uma pauta importante dos movimentos sociais de luta pela terra. Essa luta pode ser vislumbrada atualmente pela presença de oito acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em diferentes regiões do Estado.

Entretanto, o entendimento das origens da luta pela terra no território riograndense, iniciada nos anos 1980, vem da resistência camponesa de pequenos agricultores que não se adaptaram às imposições do modelo modernizador da agricultura implantado na região a partir dos anos 1970. De acordo com Fernandes (2000), o modelo econômico de desenvolvimento agropecuário implantado nos governos militares, denominado de *modernização conservadora*, visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, através da criação de um sistema de créditos e subsídios. Como consequência dessa política houve o aumento das áreas de cultivos das monoculturas, aumento do trabalho assalariado, agravamento da situação da agricultura familiar, aumento da concentração de terras, expropriação e consequente expulsão de mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades em outras regiões do país (FERNANDES, 2000).

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense (FERNANDES, 2000, p 50).

Ao abordar aspectos referentes às origens da luta pela terra no RS, Medeiros (2004) explica que a abertura em direção à reforma agrária, teve suas origens na região do Alto Uruguai. De acordo com a

autora, os colonos que lá chegaram ao final do século XIX e princípio do século XX construíram cidades, desenvolveram regiões e não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho. Muitos deles procuraram novas alternativas de sobrevivência partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para as cidades, porém os que permaneceram e lutaram pelo direito de ter acesso a terra se organizaram através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Esse Movimento nascido de um processo de desterritorialização e luta pela sua reterritorialização teve como marco histórico o mês de maio de 1978, quando os índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai iniciaram ações para recuperar seu território e expulsaram 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam nas terras. Para estas famílias restavam apenas três alternativas: migrar para os projetos de colonização da Amazônia, virar assalariadas em empresas agropecuárias ou de indústrias nas cidades ou lutar pela terra no RS. Como não havia uma organização, ocorreu a dispersão da maior parte das famílias que passaram a vagar pelos municípios da região noroeste do Estado, algumas acamparam na beira de estradas, outras em casas de parentes e muitas perambularam sem ter onde ficar. Após dois meses da expulsão, algumas famílias começaram as ocupações, mesmo sem uma organização, em glebas de terras públicas arrendadas às empresas privadas. Como resposta, o governo enviou o secretário da agricultura para cadastrar as famílias e convencê-las a retornarem às casas de parente, prometendo assentá-las quando houvesse reforma agrária. Contudo, além das famílias expulsas que ocupavam as áreas, surgiram mais famílias querendo se cadastrar, com esperança de serem assentadas (FERNANDES, 2000).

Devido a necessidade de mudanças e com o incentivo do padre Arnildo Fritzen, de Ronda Alta, ligado à Comissão Pastoral da Terra, as famílias de trabalhadores sem terra, decidiram se reunir, para se organizarem e discutir as medidas a serem tomadas. Após uma audiência com o governador do estado do RS e a falta de resoluções para o problema, no dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Nonoai. Depois de alguns dias da ocupação, o governador, pressionado, autorizou os colonos a plantarem na terra: “Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada” (FERNANDES, 2000, p.53).

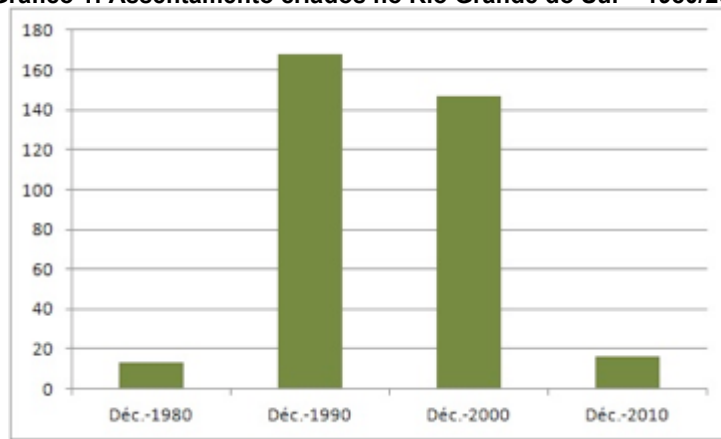
A partir dessa experiência houve outras ocupações, como na Gleba Brilhante, e ao mesmo tempo em que a luta pela terra conquistava mais apoio da sociedade, a repressão policial tornava-se mais intensa, como em outubro de 1980, na ocupação da Fazenda Annoni, com intervenção da Polícia Federal fazendo o despejo das famílias e prendendo doze trabalhadores. Já no caso do acampamento de Encruzilhada Natalino, a luta pela terra representou o conflito entre a política implantada pelos militares e a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vinham construindo por meio de suas lutas (FERNANDES, 2000).

Assim, a luta pela terra teve seguimento de forma intensa nas décadas que se seguiram, com diversas conquistas materializadas na implantação de assentamentos distribuídos ao longo de todo território brasileiro, mais precisamente do RS com destaque na produção de alimentos, sobretudo orgânicos. Essas conquistas deram visibilidade e credibilidade ao movimento, mas não representaram soluções para o problema da distribuição de terras no Estado e não suprimam a necessidade da realização de uma reforma agrária.

ASSENTAMENTOS RURAIS E ACAMPAMENTOS DO MST NO RIO GRANDE DO SUL

A década de 80 representou uma década de intensa luta pela terra, com diversas ocupações e manifestações organizadas pelo MST. Da mesma forma que as ações aconteceram, a repressão policial também se acentuou e o movimento passou a ter visibilidade da mídia e da sociedade em geral, ocorreram as primeiras conquistas, a criação dos assentamentos. Entre os anos 1986 e 1989, os primeiros assentamentos de Reforma Agrária do estado do RS foram criados, somando nessa década 13 assentamentos como demonstra o gráfico 1. Os anos 1990 representam a década da criação de maior número de assentamentos no Estado, somando 168 novos assentamentos de Reforma Agrária, tendo seu ápice na segunda metade quando foram criados cerca de 92% do total de assentamentos da década. O ano de 1999 apresenta um destaque especial na criação de assentamentos no RS, configurando-se como o ano com mais assentamentos criados, totalizando 66 novos assentamentos. Aqui é importante também destacar que desses 66 assentamentos, 15 são assentamentos federais e 55 assentamentos estaduais, esses últimos criados durante o primeiro ano de governo de Olívio Dutra no RS.

Gráfico 1: Assentamento criados no Rio Grande do Sul – 1980/2017



Fonte: INCRA (2017); DATALUTA/RS (2016).

*O primeiro assentamento do Rio Grande do Sul de acordo com o INCRA, foi criado no ano de 1975, porém trata-se de um Projeto Integrado de Colonização (PIC).

Conforme podemos perceber no gráfico, os anos 2000 foram, portanto, bastante representativos em relação ao número de novos assentamentos (147), sendo que nos três primeiros anos foram criados cerca de 67% do total da década. A partir de 2003 houve uma considerável redução na criação de assentamentos no RS, com uma média de 7 assentamentos criados por ano até 2009. Já entre 2010 e 2017, foi registrada a criação de 16 novos assentamentos, com uma média de 1 ou 2 assentamentos por ano com exceção de 2010, quando foram criados 4 assentamentos e 2014 com 5 assentamentos.

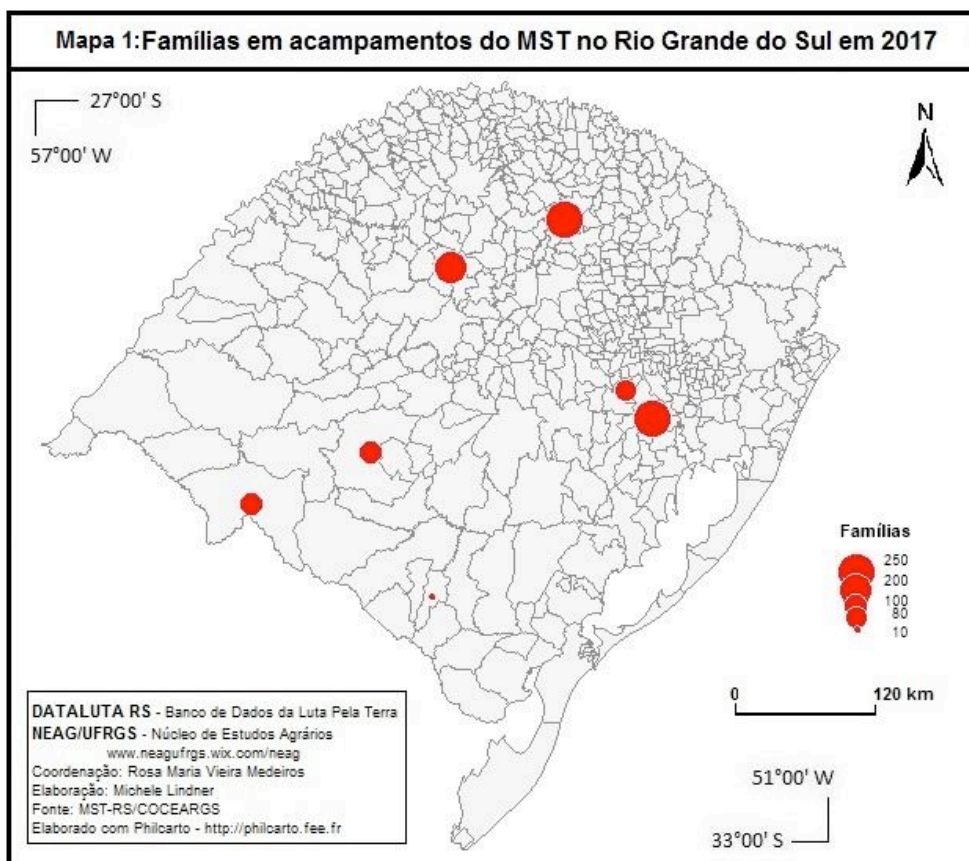
Contudo, essa redução na criação de assentamentos não significa o fim dos movimentos e manifestações de luta pela terra no estado do RS. No ano de 2017 o DATALUTA RS registrou a presença de 8 acampamentos rurais de luta pela terra no território estadual, os quais de acordo com o MST/RS e a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) somavam até o mês de outubro de 2017 cerca de 990 famílias de agricultores do MST (tabela 1).

Tabela 1: Acampamento Rio Grande do Sul - Outubro/17

Municípios	Nº de acampamentos	Nº de famílias	Ano de início
Candiota	1	10	2014
Charqueadas	2	250	2015
Cruz Alta	1	200	2013
Passo Fundo	1	250	2013
Santana do Livramento	1	100	2015
São Gabriel	1	100	2016
Taquari	1	80	2017
Total	8	990	-

Fonte: MST/RS – COCEARGS (2017).

Os dados apresentados na tabela 1 nos demonstram que a luta pela terra permanece constante e os acampamentos representam uma expressão de resistência das famílias de agricultores. Os acampamentos mais antigos, com cinco anos de instalação, estão localizados no noroeste do Estado, nos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo (Mapa 1), sendo eles os que possuem o maior número de famílias acampadas.



Entre os acampamentos mais antigos, cabe destacar o acampamento Terra e Vida, em Passo Fundo, constituído por famílias oriundas das regiões Norte, Serrana, Centro e Alto Uruguai do estado do RS que ocuparam o local em 2014, numa mobilização conjunta para defender os direitos das vítimas de Dal Agnol e exigir a desapropriação da fazenda de 350 hectares para a reforma agrária. Hoje, os acampados vivem num espaço de 6 hectares, produzindo de forma orgânica em cerca de 90 hectares.

A Região Metropolitana de Porto Alegre possui três acampamentos, dos quais dois estão localizados em Charqueadas, desde o ano de 2015. O terceiro acampamento, que se localiza no município de Taquari, é o acampamento mais recente pois é do ano de 2017, e nele estão acampadas 80 famílias. Já o menor acampamento, com apenas 10 famílias acampadas, se localiza no Sudeste do Estado, no município de Candiota, no ano de 2014.

Os dois acampamentos localizados na região da Campanha Gaúcha (Sudoeste) tiveram início nos anos de 2015 e 2016, ocupando áreas dos municípios de Santana do Livramento e São Gabriel, respectivamente.

Em Santana do Livramento são cerca de 400 famílias acampadas, em uma área de 500 hectares, na comunidade Madureira, entre os assentamentos São João do Ibicuí e Dom Camilo, considerada improdutivo. A desapropriação da área poderá romper a barreira imposta pelo proprietário que dificulta a rota do transporte escolar e do escoamento da produção leiteira dos assentamentos. O proprietário não autoriza a circulação de pessoas, o que aumenta para 30 quilômetros o trajeto, uma vez que entre os assentamentos a distância é de apenas um quilômetro.

Em contrapartida, o acampamento de São Gabriel está numa área que foi cedida pelo proprietário da fazenda, próxima da ERS-630, na comunidade de Batoví, e conta atualmente com cerca de 100 famílias. Esse acampamento possui como particularidade a sua condição de permanente pois sua função, segundo o MST, é a de ajudar os demais acampados do estado em suas lutas e reivindicações assim como integrá-los a filosofia do movimento atualmente voltada para a produção ecológica. No Rio Grande do Sul, o MST voltou-se para a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos representada pelo arroz orgânico e pelas hortas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos acampamentos de agricultores sem terra vem reafirmar a resistência camponesa e a luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul, contrariando a ideia difundida pela mídia local que preconizava o fim dos acampamentos. As beiras de estradas do Rio Grande do Sul continuam marcadas pela presença de famílias que esperam pela efetiva Reforma Agrária. Embora essas manifestações não tenham a mesma dimensão de décadas anteriores, elas ainda estão presentes e demonstram a lentidão dos processos de desapropriação, a longa espera das famílias acampadas, a ausência de uma política pública que venha ao encontro das reivindicações e sobretudo lembrar sempre da necessidade da Reforma Agrária.

Os acampamentos e as intensas manifestações ocorridas nos últimos meses são a expressão da luta pela terra no Rio Grande do Sul e o reflexo da atual conjuntura social, política e econômica vivenciada pela sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em outubro de 2017.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira et al. **DATALUTA Rio Grande do Sul: Relatório 2014**. (Relatório de Pesquisa), Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.